

# Opções para atrair dinheiro

por Celso Pinto  
de Berlim Ocidental

O acordo com os bancos credores foi positivo mas insuficiente. O Brasil quer, agora, intensificar o fluxo de recursos para o País e encontrar meios, pelo mercado, de reduzir o estoque de sua dívida.

Foi esse o recado que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, procurou passar em cinco discursos e diversas entrevistas que deu desde o sábado, em Berlim, na reunião anual do FMI e Banco Mundial (BIRD).

Entre os novos mecanismos que ele pretende explorar estão emissões de "bônus de saída" (que incorporam um ganho sobre o valor nominal da dívida), a própria emissão de títulos (que ele supõe ser um caminho factível para alguns países, já que o tomador são investidores institucionais, não os bancos) e capitalização de juros.

Ele mesmo admitiu estar pessimista com a reação dos países desenvolvidos à idéia de criação de mecanismos mais institucionais para reduzir o débito. "O que precisamos é vontade política dos desenvolvidos para liderar o que é a percepção do mercado", disse, referindo-se à redução do valor da dívida. De toda forma, deixou bastante claro que o Brasil procura alternativas

"de mercado", ou seja, negociadas. Num discurso na conferência sobre conversão de dívida promovida pela Câmara Americano-Brasileira de Comércio e pela CVM, Mailson explicou a origem dos problemas brasileiros como uma combinação de pressões internas (pela presença exacerbada do Estado) e externa (pelo peso da dívida). Disse que para os problemas internos, especialmente a inflação, é preciso persistir na linha do corte ao déficit, cujos resultados são lentos. Na área externa, seria imprescindível reduzir a remessa líquida de recursos, cujos efeitos são nocivos tanto do ponto de vista do déficit (o superávit comercial privado é comprado pelo Estado) quanto sobre o investimento.

Respondendo a uma questão sobre a conversão informal, ele disse que a idéia do governo é impedir as estatais de fazer esse tipo de operação, embora não tenha detalhado quando nem de que forma. Outra dúvida, se o Brasil poderia limitar ou suspender programas de conversão ou de reempréstimo ("re-lending"), pela pressão inflacionária que representam, ele respondeu de forma categórica. O governo não imagina mexer nestes programas, porque foram desenhados já prevendo seu impacto monetário, disse.